

EM BUSCA DE UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE O COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Elenilze Josefa Diniz¹

Resumo

Este artigo tem por finalidade refletir sobre a produção acadêmica destinada à análise do cooperativismo brasileiro, cuja discussão parece ser composta por uma espécie de substância híbrida, uma mescla que inclui tanto a história social como a história intelectual de cada período. Quanto ao procedimento, optamos pela pesquisa bibliográfica, cujas fontes foram primárias e secundárias. Portanto, consideramos que as discussões em torno do associativismo no Brasil foram influenciadas pelo pensamento social que nele se configurou, o qual foi fortemente marcado pela tarefa de explicar, compreender e interpretar o denominado processo de modernização brasileiro.

Palavras-chave: Cooperativismo no Brasil. Associativismo. Pensamento Social.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é refletir sobre os processos associativos disseminados na América Latina e no Brasil, tendo por base a produção intelectual composta por uma espécie de substância híbrida, ou seja, a discussão em torno do cooperativismo brasileiro é uma mescla que inclui tanto a realidade sócio-econômica quanto a produção intelectual do período. Mais precisamente, os estudiosos ao analisar o cooperativismo/associativismo são condicionados: de um lado, pela própria realidade, à qual reflete os “dilemas e impasses” (aspas nossas), os momentos de “crises e de ressurgimento” do cooperativismo, do outro; e, o próprio estágio de desenvolvimento do país e do pensamento social que se configura.

2 PRINCIPAIS VERTENTES INTERPRETATIVAS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Parte significativa da produção acadêmica destinada à análise do cooperativismo brasileiro esteve influenciada pelo pensamento social que aqui se configurou, o qual foi fortemente marcado pela tarefa de explicar, compreender e interpretar o denominado processo de modernização brasileiro.

Sua complexidade aparece, a partir de algumas abordagens do pensamento social brasileiro, a saber, a *sociologia da dependência* (cujas figuras principais parecem, inquestionavelmente, ser Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni) e nossa *sociologia da herança patriarcal-*

¹Mestre em Economia. Doutora em Sociologia. Professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA). E-mail: elenilze@ig.com.br.

* O presente artigo é parte de um capítulo da minha tese de Doutorado em Sociologia.

patrimonial (cujos pensadores mais influentes são Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto da Matta).

Nas duas abordagens de pensamento, está evidente a resistência de ver a sociedade brasileira contemporânea e as ditas “sociedades modernas centrais” em pé de igualdade. Por um lado, afirma-se que nosso passado diverge de maneira por demais substantiva do contexto cultural, normativo e simbólico em que emergiu e se consolidou o padrão de sociabilidade hoje predominante naquelas “sociedades centrais”; por outro, postula-se que nossa inalterada condição de dependência econômica estrutural jamais deixou de ser um obstáculo à total integração do Brasil no seleto clube dos países modernos centrais.

2.1 O COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Dessa forma, os estudos produzidos acerca dos resultados do cooperativismo/associativismo, até a década de 60, além de estarem centrados na doutrina e na experiência cooperativa dos “Pioneiros de Rochdale”, buscavam discutir a sua importância e os impactos para o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. Inicialmente, alguns destes estudos, reproduziam o debate, especialmente em torno das primeiras teses da Comissão Econômica para América Latina

(CEPAL)², as quais contribuíram para a maturação da ideologia desenvolvimentista. Em 1963, Diva Benevides Pinho, em “Cooperativas e Desenvolvimento Econômico” reconheceu o cooperativismo como importante instrumento de desenvolvimento econômico, sobretudo, enquanto solução para os problemas do subdesenvolvimento, e no caso particular do Brasil, como promoção do desenvolvimento econômico do país.

Nosso objetivo foi chamar a atenção para uma solução que vem dando tão bons resultados em outros países, pôr em evidência a importância da cooperativa como instrumento de desenvolvimento econômico e indicar as linhas gerais de possibilidade de atuação eficiente do cooperativismo no Brasil. (PINHO, 1982, p.17).

Logo, influenciada pela teoria nacional-desenvolvimentista³ - cuja abordagem condicionou todo o pensamento político e econômico brasileiro subsequentemente - Pinho reforçava o papel do Estado que, auxiliado por outros grupos (capitalistas, sindicatos, cooperativas, etc.), poderia organizar a marcha para o progresso. Para o referido autor:

É evidente que as cooperativas – reconhecidas mundialmente como importantes instrumentos de desenvolvimento econômico e que excelentes resultados têm apresentado em tanto outros países – devem ser integradas à política e aos planos de desenvolvimento econômico de nosso país (PINHO, 1982, p. 168).

²Órgão regional das Nações Unidas (ONU), a CEPAL foi criada em 1948, cujo objetivo foi o de estudar as condições de subdesenvolvimento dos países da América Latina, ao mesmo tempo, propor políticas para superação de tal condição centradas na consolidação do desenvolvimento urbano-industrial como determinantes do processo de acumulação capitalista através de um planejamento estatal. Seu grande impulsionador foi o argentino Raúl Prebisch, que juntamente com Celso Furtado, Aníbal Pinto, Aldo Ferrer, Maria da Conceição Tavares, Osvaldo Sunkel desenvolveram estudos críticos a partir de uma abordagem histórico-estruturalista, baseada no entendimento da evolução econômica e social dos países latino-americanos, no contexto de relações econômicas externas adversas e de dependência. Entre os brasileiros ligados à CEPAL, destacam-se além de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa, José Serra e outros.

³O desenvolvimentismo originou-se da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL e dos estruturalistas latino-americanos. Foi um modelo pioneiro, que conseguiu fornecer importantes subsídios para o entendimento da transição das economias primário-exportadoras para economia industrializadas. O projeto desenvolvimentista argamassou uma aliança política de amplo espectro, que abarcava desde a burguesia industrial até os trabalhadores urbanos, incluindo numerosos segmentos da classe média. Dessa articulação de forças nasceu o pacto populista, que orientou a ação do Estado durante toda década de 50. Contudo, no início dos anos 60, o pacto que sustentava a aliança das forças populistas apresenta inúmeras rachaduras (LOUREIRO, 1997).

De fato, até meados da década de 60, ação do Estado em relação ao cooperativismo foi direcionado ao aspecto legislativo. Segundo Bulgarelli apud Saraiva (1982, p.159), a evolução da legislação cooperativista no Brasil corresponde aos seguintes períodos: período de Implantação: a partir do Decreto 1.637, de 05 de janeiro de 1907, até 1932; Período de Consolidação Parcial: vai da promulgação do Decreto 22.239, em 19 de dezembro de 1932 à do Decreto-Lei 59; Período de Centralismo Estatal: vigência do Decreto 59, de 21 de novembro de 1966, até a promulgação da Lei 5.764/1971. Segundo a definição jurídica expressa na Lei Cooperativista 5.764, datada de 16 de dezembro de 1971, a cooperativa define-se por “uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados”. É uma associação voluntária, de no mínimo 20 pessoas, sem fins lucrativos, mas com finalidades econômicas, que adquirem quotas-partes e que aceitam assumir os riscos e benefícios do empreendimento de forma igualitária. É regida pelo princípio democrático de cada pessoa, um voto. Os excedentes, ou sobras, são distribuídos na produção do trabalho de cada cooperado.

Portanto, o Estado fomentou o desenvolvimento do cooperativismo, através de incentivos tributários, e de órgãos fiscalizadores, sem, contudo incluí-lo em seu planejamento, tanto é que o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1971-1975), não contemplava o cooperativismo, embora o Governo Médici, tenha assinado o Decreto Lei 5.764 em dezembro de 1971, regulando o funcionamento das cooperativas e, criando a OCB (Organização das Cooperativas Brasileira).

Só a partir do II PND (1975-1979), conforme observa Saraiva (1981), o cooperativismo passou a constar no planejamento governamental. “A política cooperativista levada a efeito deste então, tem garantido a separação do “joio” – unidades de menor porte – por estar direcionada, primordialmente, para

a grande empresa cooperativa.” (SARAIVA, 1982, p. 159).

No caso específico do Nordeste, nos marcos das políticas nacionais de desenvolvimento, a Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), órgão de planejamento regional, também vai veicular em seus Planos Diretores⁴ programas para fomentar o cooperativismo nordestino. Rego (1977) mostra que o II Plano Diretor deu destaque ao cooperativismo nordestino, numa tentativa de “fortalecer” o mesmo, ainda incipiente na região. Assim,

Vinculava-se o cooperativismo àquela determinação do II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, que fazia a implementação do crédito necessário ao surgimento das cooperativas existentes via Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil. (REGO, 1977, p.35).

Assim, assumindo a possibilidade de concretizar o projeto de desenvolvimento ou de crescimento do país, o cooperativismo funcionou como forma de organização da produção agrícola, de controle político e de viabilização na condução dos fluxos migratórios nos projetos de colonização do Estado. Ao mesmo tempo, como veículo para a modernização agrícola brasileira, portanto, propiciando o processo de modernização via acumulação de capital. (MARTINS, 1972; SCHNEIDER, 1981; RIOS, 1979).

2.2 O COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA SOCIAL

⁴Em 1966, foi aprovada a Política para o Desenvolvimento do Cooperativismo no Nordeste, indicando dois diagnósticos do cooperativismo nordestino: um diagnóstico global, indicando a inflexibilidade e superação da legislação vigente, em confronto com a realidade nordestina e até mesmo brasileira; e, outro diagnóstico específico, apresentando os principais entraves ao cooperativismo regional àquela época. Foi por meio da referida política que se estabeleceu na SUDENE, a Seção de Cooperativismo, e de onde emergiu toda uma discussão consubstanciada nas publicações de uma revista especializada, “Cooperativismo & Nordeste”, com edições quadrimestrais.

Contudo, a industrialização avançara sem modificar o quadro social, logo com a crise do nacional-desenvolvimentismo e do pensamento que o sustentava, configura-se um momento de renovação teórica⁵ do pensamento econômico e social, que irá desembocar em novas correntes, novos diagnósticos e novas perspectivas para a sociedade brasileira. Assim, em contraposição à interpretação funcional-capitalista e à interpretação da superexploração burguesa, surge à interpretação da nova dependência, tendo como seu principal divulgador Fernando Henrique Cardoso, que em colaboração com Enzo Falleto lança “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” (1970), marcando todo pensamento brasileiro e latino-americano posterior. No final dos anos 70, multiplicaram-se os trabalhos de autores brasileiros esclarecendo aspectos dessa problemática mais geral da teoria do capitalismo periférico.

Foi nesta perspectiva, no rastro da tradição da teoria da dependência, que o cooperativismo brasileiro passou a ser discutido e reavaliado. Um importante estudo desenvolvido, talvez um marco nos estudos sobre o cooperativismo latino-americano, foi o de Borda (1972). Ao analisar o cooperativismo na América Latina nos anos 70, o resultado segundo o autor, apresentaria mais fracassos e problemas do que êxitos e soluções.

De acordo com o autor, duas justaposições sociológicas explicavam este fato: primeiro, a suposição de que o cooperativismo se constitui numa “modernização” de formas tradicionais e populares de “cooperação” (aspas são do autor), podendo ser colocado em certos momentos críticos a serviço do bem-estar coletivo.

Entretanto, a modernização a ser efetuada pelas cooperativas deve realizar-se apenas dentro de uma certa margem, pela prestação de serviços por exemplo, satisfazendo algumas necessidades primárias, mas sem produzir mudanças estruturais profundas.. (BORDA, 1972, p. 33).

Para o autor o problema contém dois elementos: de um lado, o cooperativismo latino-americano constituiu-se numa inovação moderna, porém marginal, uma vez que foi um processo imitativo da nossa elite; por outro, foi um recurso ideal antigo e estranho à nossa realidade. Trata-se, portanto, de um caso “transcendental de colonialismo intelectual na América Latina.” (BORDA, 1970, p. 33). Isto é, se transportou para a região não um ideal prístino de cooperação moderna, mas um modelo desvirtuado pela experiência capitalista, negando a origem socialista da idéia, distorcendo seu sentido e castrando suas possibilidades revolucionárias.

Portanto, a importação do modelo

⁵Um importante passo foi dado no final dos anos 50, quando um grupo de intelectuais, organizou o seminário de “O Capital”, cujo objetivo era não apenas compreender a dinâmica da realidade capitalista, mas sobretudo observá-la no contexto específico da realidade brasileira. O grupo era formado por: José Arthur Gianotti, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Octavio Ianni, Ruth Cardoso e o historiador Fernando Novaes. O referido grupo de estudos durou seis anos e foi dissolvido em 1964. Além de estabelecer as devidas conexões entre o capitalismo contemporâneo e a sociedade brasileira ou latino-americana, o grupo fugiu dos esquemas de interpretação colonial e imperialista de Baran, Sweezy e outros. Assim, a partir da compreensão do materialismo histórico e dialético, aqueles intelectuais desenvolveram as ferramentas que possibilitaram a elaboração de análises de classes da sociedade brasileira. Assim, “as classes brasileiras não se enquadravam no esquema marxista e muito menos nos esquemas da sociologia funcionalista americana, que sequer fala em classes, mas enxergava apenas os indivíduos, e, quando muito, os atores sociais ou as massas e as elites” (LOUREIRO, 1997, p.137). A partir daí, estavam lançadas as bases para um novo estágio das ciências humanas no Brasil, condicionando um novo pensamento de esquerda brasileira. Vários pensadores se inscreveram na tradição da teoria da dependência, assim, para a sociologia da dependência, os processos de modernização experimentados nos últimos dois séculos tiveram intensidade e profundidade suficientes para varrerem da sociedade brasileira elementos de ordem tradicional. Isso não significa, porém, que o Brasil tenha incorporado exatamente o mesmo padrão de sociabilidade das ditas “sociedades modernas centrais”. É, pois, a relação subordinada e periférica ocupada pelo Brasil no sistema capitalista internacional que explicaria o porquê das principais instituições, os valores e as formas de sociabilidade exclusivamente típicas dos “países centrais” jamais terem se enraizado na sociedade na mesma extensão e solidez. Daí que, conforme este segundo viés interpretativo, o caminho tomado em direção à modernidade no Brasil não foi o mesmo da França, dos Estados Unidos e da Inglaterra: o aparato estatal brasileiro teria adotado uma postura consideravelmente mais ativa nas mais variadas esferas sociais, a fim de superar insuficiências e alavancar o desenvolvimento nacional. Ao se tornar fonte autocrática de poder, o aparato estatal teria sufocado o florescimento de organizações civis independentes.

rochdaliano e de outros modelos europeus, se realizou sem ter em conta as condições do meio latino-americano e as características dos povos que nele habitam. Gerando, assim, incompatibilidades entre o mito rochdaliano e a realidade sócio-econômica da América Latina,

Especialmente nas zonas rurais e bairros marginais, onde ainda vive um tipo de solidariedade mecânica e primária, onde a técnica ainda é rudimentar em muitas partes e onde os problemas de mercado são tratados ainda no plano pessoal. [...] na América Latina uma sociedade marcada pela herança paternalista, [...] explorada e marginal, em que o conceito de cooperação era exatamente todo o inverso. (BORDA, 1971, p.36).

Assim, certos elementos do tipo de sociabilidade característicos da sociedade latino-americana do seu período colonial ainda fazem-se presentes, impedindo a consolidação plena de instituições e valores da modernidade.

No tocante aos estudos sobre cooperativismo no Brasil, trabalho desenvolvido por Rios (1979), constitui-se um marco discursivo, por duas razões: por abordar tal questão numa perspectiva de jogo de forças que poderia ocorrer no interior de uma cooperativa, mostrando em que medida as diferentes camadas da população rural nordestina participaram e se beneficiaram do cooperativismo, quando este assumiu o papel de agente de **mudança social** (o destaque é nosso).

Neste sentido, o seu grande mérito, foi romper com os estudos anteriores ao apreender o cooperativismo como fenômeno em suas dimensões políticas e econômicas a partir de uma **construção sociológica** (o destaque é nosso), ou seja, no âmbito de uma sociologia das associações.

Nesta tentativa, Rios (1979) identificou três perspectivas de abordagens acerca do

cooperativismo: uma idealista, outra pragmática e uma terceira sociológica. A primeira, segundo o autor, constitui-se numa referência pseudo-teórica, centrada na doutrina cooperativa apenas como recurso ideológico que deve se sobrepôr à estrutura sócio-econômica vigente, sem correlacionar ou questionar tal estrutura. A segunda, a pragmática,

Utiliza a técnica como razão última e única da intervenção na realidade, dada a pobreza mesma deste tipo de abordagem face à **problemat**ica do subdesenvolvimento, tende a apresentar os mais contundentes fracassos em termos de promoção do cooperativismo. (RIOS, 1979, p.27)

Ou seja, para as análises pragmáticas os êxitos ou fracassos das cooperativas, estariam determinados pela eficiência administrativa dos recursos em detrimento da participação, e da natureza e das funções de uma liderança cujo autoritarismo paternalista contrasta com fraseologia cooperativista. Daí, Rios aponta para o problema da “decantação utópica” - termo utilizado por Borda ao se referir à “decantação da utopia”, que seria o acondicionamento dos ideais da realidade -, no caso brasileiro, este divórcio foi produzido pelos dois discursos: a perspectiva idealista tenta implantar uma Doutrina Cooperativa, daí que as cooperativas tinham que se moldar ao sistema para sobreviver; por seu turno, a perspectiva pragmática, se liga ao processo final dessa decantação, que tenta apresentar o comportamento do cooperativismo, ressaltando o aspecto quantitativo: falta de capacitação, de gerência administrativa etc. Portanto, para o autor,

A pesquisa sociológica sobre o cooperativismo nordestino se torna importante diante, [...] da escassez de estudos sobre o cooperativismo brasileiro do ângulo da análise sociológica [...].

Por outro lado, a relativa abundância de pesquisas sob outros enfoques, microeconômico e de administração empresarial. (RIOS, 1979, p.15).

Não discutiremos aqui as limitações decorrentes da análise do autor⁶, importa subtrair sua construção teórica, bem como sua filiação teórica no campo sociológico, ao “[...] procurar construir um cooperativismo enquanto instrumento de mudança social, não apenas ao nível micro, mas também ao nível macrossociológico” (RIOS, 1979, p. 25). Interessa-nos, compreender como o autor, e outros, à luz de um pensamento social brasileiro hegemônico, lançou mão de esforços explicativos e interpretativos para refletir o cooperativismo brasileiro.

Assim, seu esforço em uma sociologia das associações, não foi apenas estabelecer uma crítica às interpretações acerca do cooperativismo brasileiro (doutrinária e ideológica), mas a possibilidade de um diálogo entre estas duas perspectivas,

Estudando a conexão direta existente entre a participação dos associados nas atividades da cooperativa, de um lado, e o funcionamento da cooperativa, de outro lado. O papel da sociologia é desfazer o isolamento funcional existente entre “teoria e prática”, uma vez que para a perspectiva sociologia não basta apenas a ‘profissão de fé’ nos princípios dos Pioneiros de Rochdale nem a formalização jurídica da empresa cooperativa, para concretizar um grupo cooperativo. Na perspectiva sociológica das cooperativas existem classes e

estratos sociais dentro delas. (RIOS, 1979, p.28).

Schnneider (1981, p.54), também foi fiel à tradição, ao considerar que o processo de acumulação dependente no Brasil teve como conseqüências o acirramento dos desequilíbrios regionais, favorecendo a concentração de recursos nas regiões mais desenvolvidas; daí as cooperativas agrícolas no Brasil, apesar de não fazerem parte dos mecanismos de dependência, tendem a refletir essa situação: as cooperativas das regiões Sul e Sudeste do país são muito mais desenvolvidas que as da região nordestina.

Portanto, fiel à teoria da dependência, Schnneider parte do pressuposto que a situação de dependência dos países periféricos constitui um obstáculo à realização de objetivos do desenvolvimento, no caso particular as cooperativas no Brasil refletem a dinâmica do sistema maior definido por um padrão de acumulação que não conduz a um desenvolvimento harmonioso social e econômico da sociedade.

Foi neste contexto, durante os anos 80, que floresceu toda uma literatura acusando que o movimento cooperativista do país atendeu as diretrizes de uma “modernização conservadora” (aspas nossas). Alguns destes estudos incorporaram os argumentos acerca do caráter do planejamento estatal que sob a capa burocrática-autoritária se aliou às classes ou fração de classe que detinham o poder⁷. Daí, a idéia de estar-se diante de um complexo processo social: o de controle de mudança social:

⁶Tendo por base os conceitos de classes sociais (em MARX) e estratificação (em STAVENHAGEN), ideologia e utopia (MANNHEIM), participação (MEISTER) e mudança social (FLORESTAN FERNANDES), Rios buscou apreender os aspectos da estrutura social do cooperativismo nordestino em suas múltiplas circunstâncias históricas. Para o autor, o cooperativismo rural nordestino foi utilizado como instrumento de controle social, e não de mudança social. Isto é, se considerarmos o planejamento como uma ação que está contida dentro da esfera das decisões políticas, o cooperativismo nordestino foi adequado aos objetivos do II PND, assim, não se pode esperar que tal intervenção numa estrutura social fortemente contrastante, que esta reaja espontaneamente, apenas com administração dos recursos financeiros e assistência técnica isolada (RIOS, 1979, p. 129). Sobre as limitações da pesquisa de Rios, ver o trabalho de Maria Tereza Leme Fleury, “Cooperativas e Produtores Agrícolas Em Uma Sociedade Capitalista” (1980).

Neste sentido, entende-se que o planejamento – manipulação de um complexo integrado de técnicas sociais racionais – como um processo social e, a partir disso, como categoria história do processo de controle social. (ARAÚJO, 1982, p. 123).

mercado de trabalho, tais processos organizativos apresentam-se como possibilidade de (re) costura dos esgarçados laços de solidariedade, com a constituição de vínculos sociais que não tenham no lucro a sua força motriz.

O modelo de modernização agrícola foi acusado pela literatura de favorecer os médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar. Por exemplo, Loureiro (1978) também contribuiu nesta linha ao demonstrar que as cooperativas tornaram-se um eficiente instrumento de subordinação e expropriação de agricultores camponeses ao capital.⁸

Paul Singer (2002), um dos expoentes entre os pesquisadores da economia solidária no Brasil, defende que uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, sendo uma opção econômica e político-ideológica. A economia solidária, segundo Singer, exigirá de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes de competitividade individual e da primazia do capitalismo sobre o trabalho. Por isso, seu nascimento e consolidação requerem apoiadores externos, que podem ser empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos, por exemplo, entidades religiosas, Organizações não Governamentais e etc.). Daí, a unanimidade entre os pesquisadores em apontar os processos associativos como uma alternativa de renda para os trabalhadores desempregados, resgatando cidadania e inserindo-os no contexto sócio-econômico.

2.3 O COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO DE UMA NOVA ÉTICA SOCIETÁRIA

Nos anos 90, o debate acerca do cooperativismo brasileiro surge dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária / terceiro setor.

Pires (2004), em seu estudo, acredita que o modelo de cooperativismo proposto continuará dando ênfase ao componente utópico em torno da relação entre trabalho, cooperação e solidariedade, “alimentando o sonho de proclamação de uma nova sociedade pautada em formas mais solidárias de convivência [...] definindo, assim, o caráter de “empresa humana” da cooperativa, fonte de auto-ajuda e solidariedade.” (PIRES, 2004, p. 52). Dessa

No Brasil, as recentes discussões apontam para os empreendimentos organizadores em bases associativas como oportunidades ímpares para se erguer uma nova consciência em torno de novas alternativas de organização social. Mais precisamente, num cenário deslocador, marcado pelo desemprego e de deformidades históricas do

⁷Nesta linha, sobressai a influência de Octávio Ianni, ao considerar que o planejamento estatal no Brasil (1930-70), com variações ideológicas e práticas, foi adotado por todos os governos como uma nova retórica, cujo resultado foi a intensificação do processo de acumulação do capital, ampliando os conflitos de classes.

⁸Loureiro em sua análise acerca de uma cooperativa agrícola mostrou que os cooperados são pequenos produtores que possuem ou arrendam pequenas parcelas de terras, utilizando mão de obra basicamente familiar, mesmo inseridos no mercado, não objetivam o lucro. Assim, utilizando volume relativamente elevado de capital (insumos e tecnologia moderna), orientando sua ação econômica de forma racional a produção mercantil, cuja produção é fonte para sua sobrevivência e para agricultura capitalista. (LOUREIRO, 1978, p. 13).

forma, através do fortalecimento das coletividades locais e do exercício pleno da cidadania será possível um novo contrato social englobando três instâncias (organizações da sociedade civil, o Estado, e o mercado) na tentativa de atender as necessidades crescentes da população.

A autora enfatiza que a sobrevivência das organizações econômicas – sejam empresas cooperativas ou empresas capitalistas – depende das estratégias a serem lançadas para responder aos desafios competitivos da economia globalizada.

No caso das cooperativas, torna-se cada vez mais freqüente a adoção de alianças estratégicas, fusões e aquisições de empresas, parcerias e conquistas de novos mercados, fazendo com que os seus procedimentos se assemelhem, cada vez mais, aqueles adotados pelas empresas capitalistas. (PIRES, 2004, p.56).

No tocante, a emergência das organizações associativas de catadores de lixo no Brasil, ocorrida na segunda metade da década de 90, alguns estudos produzidos apontam vários níveis de explicações para as possíveis tensões e distensões enfrentadas por estas experiências. De um lado, o analfabetismo aliado à baixa qualificação profissional dos catadores e a ausência de tradição em organização são alguns fatores identificados, por exemplo, por Grimberg, Tuzsel e Goldfarg (2004) e Magera (2003); por outro lado, apontam para a falta de confiança e o baixo grau de associativismo entre os catadores explicando, assim, a dificuldade de organização dos mesmos, a exemplo de Bursztyn

(2000); ou a estrutura econômica que alimenta o mercado de reciclagem, segundo Magera (2003), que mantém as cooperativas e ou associações de catadores à margem deste.

Tais níveis de explicações, não só indicam a realidade das dimensões econômicas, mas, também, sinalizam para as disposições dos catadores quanto ao trabalho associativo. Entretanto, aquelas explicações não consideram a centralidade destas disposições de comportamentos objetivamente interiorizados, como explicação dos comportamentos e atitudes daqueles indivíduos na organização associativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, longe de querer apresentar conclusões, sugerimos um conjunto de observações, a fim de apontar caminhos para refletir sobre o cooperativismo brasileiro no contexto atual, particularmente dos grupos associativos emergentes, lançando mão das explicações e interpretações que lidam com as formas de sociabilidade que se consolidaram no Brasil contemporâneo. No caso particular, acreditamos que alguns dos argumentos levantados por Jessé de Souza podem ser cruciais, por tentar perceber a lógica profunda e oculta em torno da especificidade do Brasil contemporâneo, cuja principal contradição é a questão da desigualdade social, e, a conseqüente produção de subcidadãos como fenômeno de massa em países periféricos de modernização recente.

IN SEARCH OF AN INTERPRETATION ON THE BRAZILIAN COOPERATIVE

Abstract

This article aims to reflect on the academic output for analysis of the Brazilian cooperative, the discussion seems to be composed of a hybrid kind of substance, a mixture that includes both social history and intellectual history of each period. As to procedure, we chose to search the literature, which were primary and secondary sources. Therefore, we believe that the tone of the discussions of associations in Brazil was influenced by social thought that here was configured, which was strongly marked by the task of explaining, understanding and interpreting the so-called modernization process in Brazil.

Keywords: Cooperatives in Brazil. Associations. Social thought.

REFERÊNCIAS

BORDA, O. F. Formação e Deformação da Política do Cooperativismo na América Latina. **Revista Cooperativismo & Nordeste**, Recife, 7(1), p. 33-41, jan/abril, 1972.

BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**. Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Documento da Cotramare).

GRIMBERG, Elisabeth, TUSZEL, Luciana; GOLDFARB, Yamila. **Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Inclusão Social**: estudo de caso sobre as cooperativas de triagem do programa coleta seletiva solidária da cidade de São Paulo. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

LOUREIRO, M. R. (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do luxo: um paradoxo da modernidade**: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas, São Paulo: Editora Átomo, 2003.

MARX, K. Teorias da mais-valia. In: MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 4 v.

NUNES, A. dos S. **Cooperação e competição numa cooperativa de catadores: um estudo de caso.** 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração) –CEFET - Ba, Salvador/Bahia, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro.** Brasília-DF, 1997.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro.** São Paulo: Coopericultura, 1982. 1 v.

_____. **Lineamento da legislação cooperativa brasileira.** Manual de Cooperativismo. São Paulo: CNPq, 1996. 3 v.

_____. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: editora Saraiva, 2004.

PIRES, M. L. L. e S. **O cooperativismo agrícola em questão.** Recife: Editora Massangana, 2004. 318 p.

RIOS, G. S. L. **Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social.** João Pessoa: editora universitária/UFPB, 1979.

_____. **O que é cooperativismo.** São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).

_____. Experiências cooperativas no Nordeste. **Cooperativismo & Nordeste**, Recife, v.7, n.2, maio/ago. 1972.

SARAIVA, I. L. M. **Cooperativa de sisal sociedade anônima.** 1981. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional)-Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1981.

_____. A questão cooperativa numa cooperativa da Paraíba. **Revista Raízes**, Campina Grande, n.1, p.157-163, jul/dez. 1982

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

_____. O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In: LOUREIREO, R. M. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

SCHNEIDER, J. O.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p.49-87, 1998.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p.81-126.

SOUZA, Jessé (org.). **Invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.